

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.991 - SP (2019/0295680-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : JOSE OSCAR SILVEIRA JUNIOR**  
**ADVOGADO : JOSE OSCAR SILVEIRA JUNIOR - SP276313**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RAFAEL MARTINS BUENO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

**RAFAEL MARTINS BUENO** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação n. 0000749-80.2016.8.26.0511.

O paciente, que respondeu preso a ação penal, foi absolvido, em primeira instância, dos crimes de latrocínio e de corrupção de menor. O Tribunal, por unanimidade, deu provimento ao recurso do Ministério Público e o condenou, nos termos da denúncia, a **29 anos e 13 dias de reclusão, no regime inicial fechado**. Na oportunidade, o órgão decretou a prisão preventiva do réu para garantir a aplicação da lei penal e a ordem pública.

O impetrante se insurge contra a ordem de prisão. Afirma que o réu, durante todo o processamento e julgamento da apelação, permaneceu em liberdade e não há razões concretas para evidenciar o *periculum libertatis*. Sustenta que outro acusado, em idêntica situação, obteve liminar para permanecer em liberdade no **HC n. 527.613/SP**.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura, para que o sentenciado possa aguardar em liberdade o eventual julgamento de recurso especial.

**Decido.**

### **I. Prisão preventiva**

Depreende-se dos autos e da análise do HC n. 527.613/SP, que o paciente respondeu preso a Ação Penal n. **0000749-80.2016.8.26.0511**. Por ocasião da sentença absolutória, em 4/10/2018, foi determinada a expedição de alvará de soltura. Em segundo grau, o Tribunal o condenou, nos termos da denúncia, a **29 anos e 13 dias de reclusão**, no regime inicial fechado, por crimes de **latrocínio** e de

**corrupção de menores.**

Em acórdão prolatado no dia 1º/8/2019, o órgão decretou a prisão preventiva do condenado, para garantir a aplicação da lei penal e a ordem pública.

A teor do aresto, a medida extrema se faz necessária "**a fim de assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que, do contrário, eles [os réus] poderão fugir do distrito da culpa, frustrando o *ius puniendi estatal***" (fl. 22). No ponto, é patente a ilegalidade do ato judicial, pois ilação genérica, desacompanhada da indicação de dado concreto a denotar a intenção do acusado de se furtar ao cumprimento da pena, não é idônea a fundamentar a prisão preventiva.

Além disso, a segregação foi decretada "para garantia da ordem pública, eis que, uma vez condenados [...] por delitos gravíssimos, evidenciada está a periculosidade" (fl. 22). O Tribunal, de fato, reconheceu a prática de latrocínio e de corrupção de menor, em circunstâncias extremamente graves, mas deixou de indicar **atos novos, posteriores à determinação de soltura do paciente**, que justificassem os riscos contemporâneos que se pretende com a cautela extrema evitar.

Não olvido o *modus operandi*. Entretanto, a prisão *ante tempus* não pode constituir espécie de antecipação da pena, haja vista o princípio da presunção de inocência. Prevalece nesta Corte a compreensão de que "**a falta de indicação de fatos novos após a soltura do acusado obsta seja ele preso novamente pelos motivos conhecidos desde o flagrante**" (RHC n. 104.997/PI, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 13/12/2018).

Assim, a um primeiro olhar, é ilegal o decreto de prisão preventiva por ocasião do provimento da apelação.

## **II. Execução penal**

**O paciente não faz jus à liberdade até o julgamento de eventual recurso especial, como pleiteia em liminar, mas deverá aguardar nessa condição o exaurimento da jurisdição ordinária.**

Consoante entendimento firmado pelo Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE n. 964.246, sob a sistemática da repercussão geral, é possível a execução do acórdão de segundo grau antes do trânsito em julgado da condenação, na pendência de

# *Superior Tribunal de Justiça*

recursos especial e/ou extraordinário, os quais não possuem efeito suspensivo, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados, uma vez que, esgotada a discussão sobre matéria fática, a providência não implicaria em violação do princípio da presunção de inocência.

**Na hipótese, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento.** Existe, ainda, a possibilidade de discussão de matéria fática, capaz de alterar o resultado do julgamento.

### **III. Dispositivo**

À vista do exposto, **defiro a liminar** para, até o julgamento deste habeas corpus, suspender o decreto de prisão preventiva do paciente e a execução imediata de sua pena enquanto não exaurida a competência do Tribunal de Justiça. **Na hipótese de, nesse ínterim, esgotar-se a jurisdição ordinária, cessam os efeitos da liminar ora concedida e poderá haver início da execução imediata da condenação, nos termos da tese de repercussão geral firmada pelo Supremo Tribunal Federal.**

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, solicitando-se-lhes informações, em especial acerca de eventual interposição de recurso cabível e de seu julgamento, via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**